

1 ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA PLENÁRIA DO COMITÊ GUANDU - 2017.

2 Aos 18 dias do mês de maio de 2017, às 14h07min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
3 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 2ª Reunião
4 Ordinária, no Auditório Salão Vermelho do Instituto de Biologia, na UFRRJ, tendo como
5 pauta os seguintes assuntos: **1 – Leitura e aprovação da ata da reunião anterior**
6 **(09.02.2017); 2 – Aprovação das inscrições de novas Instituições para as**
7 **vacâncias; 3 – Apresentação do projeto de Monitoramento da Qualidade da Água**
8 **de Tocos – Tocos II; 4 – A situação atual dos recursos da cobrança – FUNDRHI; 5**
9 **– Assuntos Gerais. 1 –** O Diretor Geral, Julio Cesar Antunes (ABES), iniciou a reunião
10 solicitando a aprovação da ata da reunião anterior. Após contribuições, a ata foi
11 aprovada. **2 –** Julio Cesar Antunes (ABES) fez a leitura das instituições interessadas em
12 ocupar as vagas remanescentes na Plenária do Comitê Guandu-RJ. O Diretor Geral
13 recomendou que as instituições inscritas decidam as respectivas suplências a serem
14 ocupadas e encaminhem a decisão à Secretaria Executiva. A Plenária deliberou a favor
15 da inclusão das instituições. São elas: Prefeitura Municipal de Mendes, Prefeitura
16 Municipal de Mangaratiba, Prefeitura Municipal de Seropédica e Instituto 5º Elemento. **3**
17 **–** O Diretor Executivo, Decio Tubbs (UFRRJ), destacou que o projeto de Tócos II foi
18 considerado prioritário no PAP do Comitê Guandu-RJ e completa pouco mais de 2 anos
19 de monitoramento. Comentou que é importante pois existe agora a possibilidade de
20 comparar a evolução da qualidade de água na região monitorada. Rodrigo Mazza
21 (SEAPROJECTS) iniciou a apresentação do projeto de Tócos II, com destaque para os
22 pontos críticos da área monitorada. Explicou os equipamentos e a metodologia utilizados
23 para o monitoramento, e os resultados de vazão – com destaque para os meses de
24 março e novembro com as maiores vazões –, transparência, temperatura, oxigênio
25 dissolvido, pH, condutividade, sólidos dissolvidos totais (TDS), sólidos totais, turbidez,
26 carga orgânica (DBO), demanda química de oxigênio (DQO), carbono dissolvido (COD),
27 nitrito, nitrogênio amoniacal, nitrogênio total, fósforo dissolvido e fósforo total, coliformes
28 termotolerantes, cafeína – que não se apresenta naturalmente, é sempre resultado de
29 ação antrópica –, *Giardia Cryptosporidium*, índice de estado trófico (IET), IQA, ICE e
30 PCA. O mesmo destacou que, na média de monitoramento durante um ano, a água foi
31 considerada de boa qualidade. Rodrigo Mazza (SEAPROJECTS) contou que muitas das
32 variações que chamaram a atenção da SEAPROJECTS se deram em conta do período
33 de grandes chuvas em março de 2016. Destacou que, apesar da qualidade satisfatória,
34 o Rio Pirai apresenta fatores de comprometimento da qualidade de água. Rodrigo Mazza
35 (SEAPROJECTS) finalizou a apresentação. Nelson Reis (OMA-Brasil) avaliou que o
36 monitoramento é importante, e sugeriu, mesmo que não houvesse determinação no
37 termo de referência, alguma ação de divulgação dos resultados do monitoramento por
38 meio de vídeo. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que a base de dados formada pelo
39 projeto serve para enquadramento e subsídio de ações de proteção e recuperação, mas
40 não coube ao projeto o desenvolvimento desse tipo de ação de divulgação. Nelson Reis
41 (OMA-BRASIL) lembrou que houve uma denúncia de lavagem de cama de frango das
42 instalações da empresa RICA, em finais de semana, e perguntou se o estudo identificou
43 algo neste sentido. Rodrigo Mazza (SEAPROJECTS) respondeu que o estudo identificou
44 maiores problemas no ponto de monitoramento em Lídice, Rio Claro-RJ. Decio Tubbs
45 (UFRRJ) lembrou que o Comitê encaminha as informações que obtém para os órgãos
46 competentes. Destacou que um projeto de saneamento baseado nas informações do

47 projeto de Tócos II será de grande valia para o Rio Pirai. José Arnaldo (P.M. Nova
48 Iguaçu) sugeriu que os representantes dos municípios tentem viabilizar a adaptação da
49 ideia do projeto Tócos II para realizarem ações de monitoramento com recursos do ICMS
50 Verde em suas áreas de atuação. **4 – Julio Cesar Antunes (ABES)** relatou fatos da
51 audiência ocorrida no Ministério Público no dia 27 de abril para soluções em favor do
52 repasse de recursos financeiros do FUNDRHI. Destacou que os recursos envolvidos são
53 da cobrança e da compensação financeira de energia elétrica. O status é que o Ministério
54 Público Estadual está aguardando um retorno da Secretaria de Estado do Ambiente do
55 Rio de Janeiro para finalizar o Termo de Ajuste de Conduta que determinará a forma de
56 repasse dos recursos financeiros. O diretor geral avaliou que a cobrança e os trabalhos
57 continuam, e o Comitê Guandu-RJ vai divulgar informações assim que recebê-las.
58 Relatou que houve reunião com os representantes da SEA e da Prefeitura de Rio Claro
59 para discutir alternativas em relação a projetos e desembolsos, para o saneamento e o
60 programa de Pagamento por Serviço Ambiental. A ideia foi que, de alguma forma, o
61 Comitê Guandu-RJ pudesse retomar projetos aos poucos. Julio Cesar Antunes (ABES)
62 também lembrou a decisão da Plenária de remanejar recursos para manter o custeio da
63 AGEVAP. Nelson Reis (OMA-BRASIL) propôs que a Câmara Técnica de Instrumentos
64 Legais e de Gestão elabore uma resolução indicando a AGEVAP como Agência de água.
65 Comentou que a iniciativa será significativa para todo o Estado do Rio de Janeiro e será
66 mais uma marca do pioneirismo do Comitê Guandu-RJ na gestão de recursos hídricos.
67 Apontou que a cobrança regulada diretamente pela Agência de Águas trará mais
68 segurança para a gestão, e que este é o momento para empreender as ações para a
69 criação da Agência de Águas. Fátima Casarin (Nosso Vale, Nossa Vida!) perguntou qual
70 a proposta exata do Termo de Ajuste de Conduta sugerido pelo INEA, e quais as
71 questões levantadas pelo Ministério Público Estadual em relação ao TAC. Julio Cesar
72 Antunes (ABES) relatou que o processo ficou em Segredo de Justiça e foi aberto
73 recentemente, mas o teor da proposta do TAC ainda não é conhecido. Informou que o
74 prazo para a publicidade das informações é de 10 dias, e o setor jurídico da AGEVAP já
75 está buscando meios de obter esses documentos. Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que os
76 Procuradores e Promotores têm boas expectativas, e o Comitê Guandu-RJ fez uma
77 proposta de restituição dos recursos financeiros gradativamente. Julio Cesar Antunes
78 (ABES) completou, dizendo que a ideia era migrar a arrecadação atual para as
79 delegatárias, e os repasses atrasados seriam devolvidos parcelados, além do
80 detalhamento real da cobrança pelo uso da água e da compensação financeira do setor
81 elétrico. Sabina Campagnani (FURNAS) concordou com a sugestão de Nelson Reis
82 (OMA-BRASIL), destacando que a arrecadação sendo repassada diretamente à
83 delegatária pode ser a chave para a instituição da agência de águas. **5 – Assuntos
84 Gerais.** Julio Cesar Antunes (ABES) lembrou a todos sobre a importância do
85 preenchimento do questionário de avaliação da AGEVAP. O diretor geral também
86 lembrou que serão realizadas em breve as Oficinas de Diagnóstico do Plano de Bacia,
87 e todos devem considerar a participação direta ou o envio de representantes para
88 construção de um Plano consistente. Decio Tubbs (UFRRJ) pediu que os atores que
89 tenham respaldo técnico e conhecimento da região participem ativamente, para inserir
90 contribuições ao Plano. Nelson Reis (OMA-BRASIL) lembrou que o primeiro Plano de
91 Bacia considerava só três principais corpos hídricos da bacia, mas os estudos e a
92 experiência da gestão identificaram demandas em áreas que também passam por
93 estresses hídricos. Sugeriu que as Águas Subterrâneas sejam uma discussão mais

94 presente no Comitê Guandu-RJ, e serão abordadas na Oficina do Plano de Bacia a ser
95 realizada em Guaratiba-RJ. Fátima Casarin (Nosso Vale, Nossa Vida!) pediu mais
96 informações sobre as Oficinas. Daiana Gelete (AGEVAP) explicou que as Oficinas do
97 Plano de Bacia são setorizadas, de acordo com os segmentos de Usuários, Sociedade
98 Civil e Poder Público, mas todos os encontros são abertos, apenas serão direcionados.
99 Julio Cesar Antunes (ABES) relatou que os encontros foram distribuídos com a intenção
100 de obter contribuições específicas. Fátima Casarin (Nosso Vale, Nossa Vida!) sugeriu
101 que os convites sejam trabalhados de forma que a divulgação seja desenvolvida de uma
102 maneira mais inclusiva para captar todos os interessados. Marcia Marques (Instituto 5º
103 Elemento) agradeceu a homologação do Instituto 5º Elemento e reconheceu a
104 necessidade da Sociedade Civil se fazer presente na gestão de recursos hídricos.
105 Destacou que os municípios precisam retomar as discussões sobre Pagamento por
106 Serviço Ambiental para adequarem sua legislação e desenvolverem políticas voltadas
107 para esse tema. Também apontou que o Instituto trará questões relacionadas ao papel
108 importante de Paracambi na gestão de recursos hídricos, e ressaltou a importância da
109 APA-GUANDU. Decio Tubbs (UFRRJ) relatou que foi feita uma solicitação ao INEA no
110 passado sobre a estruturação da APA-GUANDU, e a questão está hoje mobilizada junto
111 ao Ministério Público Estadual. Foi então indicado um novo gestor atuando na APA-
112 GUANDU. A partir do andamento dessa estruturação, o Comitê Guandu-RJ poderá
113 constituir o Conselho Gestor da APA-GUANDU. José Arnaldo (P.M. Nova Iguaçu) relatou
114 que os municípios integrantes da APA-GUANDU também podem buscar investimento a
115 partir da estruturação da APA, inclusive pela instalação da Rede Xingu de transmissão
116 de energia, pois há a geração de uma fonte de recurso. Julio Cesar Antunes (ABES)
117 comentou que o feedback dos municípios para a Secretaria Executiva sobre a divulgação
118 das Oficinas é importante para acertar os próximos detalhes. Fátima Casarin (Nosso
119 Vale, Nossa Vida!) interpretou que a programação condensada separa os segmentos, e
120 a visão dos argumentos de cada setor auxilia na construção do Plano. Julio Cesar
121 Antunes (ABES) pediu que a participação nas Câmaras Técnicas é o momento ideal
122 para discutir os critérios de elaboração das Oficinas. Paula Fernanda (P.M. Nova Iguaçu)
123 comentou que frequenta as reuniões de Câmara Técnica e avaliou que o conteúdo do
124 Plano precisa de mais esclarecimentos por parte da empresa. Declarou que a
125 programação dificulta a ampla participação. Perguntou como as alterações podem ser
126 sugeridas ao projeto do Plano de Bacia. Julio Cesar Antunes (ABES) respondeu que os
127 documentos ficam disponíveis para sugestões, que podem ser enviadas à Secretaria
128 Executiva. Decio Tubbs (UFRRJ) respondeu que a equipe de acompanhamento estuda
129 constantemente o material para sugerir alterações. Carlos Abenza (Secretário de Meio
130 Ambiente de Mangaratiba) relatou que o município foi comunicado pela empresa
131 PROFILL, mas só teve conhecimento de que era uma reunião aberta à sociedade
132 quando recebeu o convite enviado pela Secretaria Executiva do Comitê Guandu-RJ.
133 Sugeriu que haja uma comunicação mais clara. Franziska Huber (FAETERJ-Pbi)
134 informou que faz parte do Grupo Técnico de Acompanhamento do Plano de Bacia, e
135 relatou que o objetivo é trabalhar a partir do Diagnóstico realizado pela empresa
136 PROFILL. Comentou que as Oficinas servem para apresentar os resultados do
137 Diagnóstico para os diversos segmentos e coletar dados para discutir o futuro dos
138 municípios na área de recursos hídricos e temas relacionados. José Arnaldo (P.M. Nova
139 Iguaçu) solicitou que seja enviada a apresentação do Diagnóstico. Recomendou que os
140 membros se atentem para as normas estabelecidas no Termo de Referência para o

141 debate. Julio Cesar Antunes (ABES) destacou que a sequência para uma boa
142 participação técnica e política é conhecer o Plano de Bacia de 2006, a leitura do Termo
143 de Referência e não utilizar como regra estrita esses documentos, mas observar a
144 complexidade do projeto. E as discussões podem evoluir de acordo com o entendimento
145 e as reflexões técnicas. O diretor geral, Julio Cesar Antunes (ABES), agradeceu a
146 presença de todos e encerrou a reunião às 16h38min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo
147 esta ata, que segue assinada por:

148
149
150
151 **JULIO CESAR O. ANTUNES**
152 **Diretor Geral**

151 **DECIO TUBBS FILHO**
152 **Diretor Executivo**

153
154
155 **Membros Presentes**

156 **Usuários:** Nélio Rodrigues (Sistema Guandu/CEDAE), Davi Reis Miranda Filho
157 representando Livia Bittencourt Magalhães (CEDAE) Gerson Scheufler (TKCSA), Celso
158 Rodrigues (FCC S.A), Robson Santos (ASDINQ), Jerson Paul Mora Munoz
159 representando Paulo Rodrigues F. Pereira (RURAL GUARATIBA), Sabina Campagnani
160 (FURNAS), José Gomes (Lajes Energia), Camila Azevedo (Light Energia), Amisterdan
161 Ribeiro representando Regina Gonzáles (SIMARJ);

162 **Sociedade Civil:** Decio Tubbs (UFRRJ), Ida Carolina representando João Bosco
163 (UEZO), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi), André Luís Rosa (APEDEMA-RJ),
164 Yara Valverde (CI-BRASIL), Rodolfo Sant'Ana representando Markus Stephan
165 (ADEFIMPA-RJ), Fátima Casarin (ONG O Nosso Vale, A Nossa Vida!), Vera Martins
166 (ACAMPAR-RJ), Nelson Reis (OMA-BRASIL), Julio Cesar Antunes (ABES), Flavio
167 Guedes (SINTSAMA-RJ);

168 **Governo:** José Carlos Leal Nogueira (P.M. Queimados), Hamilton Silva Junior (P.M.
169 Japeri), Cid Magalhães representando Evandro Batista (P.M. Rio Claro), Mario Amaro
170 (P.M. Pirai), Fernando Gomes (P.M. Nova Iguaçu), Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi),
171 Monique Fontes (P.M. Itaguaí), Luiz Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Pereira), Gisela
172 Torres Homem representando Livia Soalheiro (INEA), Maria Dalva Ribas (FIPERJ),
173 Ricardo Nogueira (ICMBio);

174
175 **Membros Ausentes**

176 **Usuários:** Paulo de Tarso (Firjan);

177 **Sociedade Civil:** Hendrik Mansur (TNC);

178 **Governo:** Humberto Dias (P.M. Barra do Pirai), Marcio Clemente (EMATER-RIO), Marie
179 Ikemoto (SEA), Felipe Brasil (CREA-RJ);

180
181 **Convidados**

182 Carolline M. de Oliveira (FAETERJ), Thainá Almeida (FAETERJ), Camila Franceschine
183 (UFF), Rodrigo Mazza (SEA PROJECTS), Luciana Chequer (SEA PROJECTS), Bruno
184 Peçanha (SEA PROJECTS), Marcia Marques (Instituto 5º Elemento), José Paulo (P.M.
185 Queimados), Matheus Felix da Cunha (FAETERJ), Leandro Pereira (SMAMA-
186 MENDES), Raphael Rodrigues de Paula (SMAMA-MENDES), Juliana Alves Fruri
187 (SMAMA-MENDES), Genaina Pereira Gomes (SEMADES), Raphael Mendonça

188 (SEMADES), Luciana Sant'Anna (COCA-COLA), Sandra dos Santos (SEMAMA),
189 Samantha Mendes (UERJ), Paula Fernanda C Soares (SEMADETURNI), Raquel Alves
190 da Silva (SFE-Petrobras), Carlos Abenza (PREF. MANGARATIBA), Edmilson de Souza
191 (UEZO), Adriana Tenorio (Petrobras-UTE), Fernando Ribeiro (CI-BRASIL), William
192 Weber (Jornalista).